



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DE GOIÁS**  
**MUNICÍPIO E COMARCA DE FORMOSA**

**2º TABELIONATO**    **NOTAS**  
Katiane Bonfim Neve Sarmiento  
Tabeliã Respondente

Rua Herculano Lôbo, nº 131 • Centro • Formosa • GO • CEP 73.801-260 • Telefone: (61) 3631-2811 | 3631-1811

**LIVRO A-019    CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 3.146    FOLHA 195**

CERTIFICO e dou fé, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e demais papéis deste Ofício de Registro das Pessoas Jurídicas, neles encontrei, registrado sob nº 3.146, no livro A-019, as folhas 195/199, em data 07/12/2010, um documento a seguir impresso em seu inteiro teor a partir de imagem digitalizada:

Folha 001 de 005

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO - COMUNIDADE DE**  
**SERVIÇO ACAMPAMENTO MAANAIM – FORMOSA-GO**

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, OBJETIVOS E DURAÇÃO**

**Art. 1º.** A Associação Comunidade de Serviço Acampamento Maanaim – Formosa-GO neste estatuto designada, simplesmente, como Associação Acampamento Maanaim, fundada em 19/09/2010, com sede e foro nesta cidade de Formosa-GO, a Rua Severiano Batista de Oliveira, 377 – Centro, CEP: 73801-420 é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, de caráter organizacional, de fé católica e com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e legislação que lhe for aplicável.

**Art. 2º.** A Associação tem como objetivos:

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade e da eficiência, com as seguintes prerrogativas:

- Promover a formação humana, moral e religiosa, tendo como carisma a partilha de vida, a oração, a adoração, aspirando ao crescimento espiritual e fraterno tanto na convivência entre seus membros quanto no relacionamento com os demais.
- Evangelizar, seguindo as normas e diretrizes da igreja católica apostólica romana da diocese de Formosa – GO.
- Realizar trabalhos sociais e de cunho voluntário.

**Art. 3º.** A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, denominadas secretarias, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão por Regimentos Internos que aprovados pela assembleia geral, disciplinarão o seu funcionamento.


**Art. 4º.** A Associação, na consecução dos seus objetivos, poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicos ou privados.

**Art. 5º.** A abrangência de atuação da Associação Acampamento Maanaim compreenderá toda diocese de Formosa – GO.

**Art. 7º.** O prazo de duração da Associação é indeterminado.

**CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS**

**Art. 8º.** O patrimônio da Associação será constituído de Contribuições mensais dos associados, Doações, Legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde que revertidos totalmente em benefício da Associação. Todos os bens moveis, imóveis, veículos, semoventes, utensílios e saldo em conta corrente.

  
Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539

62003





§ 1º - As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a aprovação da Assembléia Geral;

§ 2º - A contratação de empréstimos financeiros, seja em bancos, seja por intermédio de particulares, bem como a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação da Assembléia Geral;

§ 3º - A alienação ou permuta de bens, para aquisição de outros mais rendosos ou mais adequados, dependerá de prévia aprovação da Assembléia Geral.

**Art. 9º.** Constituem receitas da Associação:

- I - as mensalidades e contribuições de seus membros.
- II - as contribuições periódicas ou eventuais de pessoas físicas ou jurídicas, colaboradoras com a Associação;
- III - as dotações e as subvenções recebidas diretamente da União, dos Estados e dos Municípios ou por intermédio de órgãos públicos da administração direta ou indireta;
- IV - os valores recebidos de auxílios e contribuições ou resultantes de convênios com entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras.
- V - as receitas operacionais e patrimoniais.

**Art. 9º.** O patrimônio e as receitas da Associação somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos.

### **CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 10º.** São órgãos administrativos da Associação a Assembléia Geral, a Diretoria Administrativa e o Conselho Fiscal.

**Art. 11º.** Em relação aos integrantes dos órgãos administrativos da Associação observar-se-á o seguinte:

- I- não são remunerados seja a que título for, sendo-lhes expressamente vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem;
- II- não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Associação em virtude de ato regular de gestão, respondendo naquela qualidade, porém, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros ou à própria entidade, praticados com dolo ou culpa;
- III- salvo o Presidente, nenhum outro integrante poderá participar de mais de um órgão administrativo simultaneamente.
- IV- perderá o mandato o integrante que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a mais de 5 (cinco) alternadas, sem motivo justificado, sendo em qualquer destas hipóteses o seu cargo declarado vago;

  
Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO E COMARCA DE FORMOSA

2º TABELIONATO - NOTAS  
Katiane Bonfim Neve Sarmento  
Tabeliã Respondente

Rua Herculano Lôbo, nº 131 • Centro • Formosa • GO • CEP 73.801-260 • Telefone: (61) 3631-2811 | 3631-1811

LIVRO A-019 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 3.146 FOLHA 196

Folha 002 de 005

V- não é delegável o exercício da função de titular de órgão administrativo da Associação;

VII- os mandatos terão a duração de até 2 (dois) anos, permitida a recondução.

## CAPÍTULO IV – DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 12º.** A Assembléia Geral, é o órgão máximo e soberano da Associação, e será constituída por todos os associados/membros em pleno gozo dos seus direitos estatutários.


**Parágrafo único.** A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Associação, que terá o voto de qualidade em caso de empate nas votações.

**Art. 13º.** Anualmente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício financeiro, deverá haver uma Assembléia Geral ordinária, convocada pelo seu Presidente, para examinar e aprovar:

**Parágrafo único.** As demonstrações contábeis e a prestação de contas da Diretoria, Após o parecer do Conselho Fiscal, e os relatórios anuais circunstanciados das atividades  
E da situação econômico-financeiro da Associação;

**Art. 14º.** Além das atribuições previstas no artigo anterior, cabe à Assembléia Geral:

- I - eleger e dar posse aos integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal, convocada Ordinariamente para eleger nova diretoria a cada 2 anos, no mês de abril;
- II - aprovar o Regimento Interno e outros atos normativos propostos pela Diretoria;
- III - sugerir à Diretoria as providências que julgar necessárias ao interesse da Associação;
- IV - deliberar sobre a conveniência da aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes à Associação;
- V - autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos para a Associação;
- VI - deliberar sobre proposta de absorção ou incorporação de outras entidades à Associação;
- VII- Estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- VIII - decidir sobre a reforma do presente estatuto;
- IX - deliberar sobre a extinção da Associação;
- X - Aprovar entrada de novos membros levados pela Diretoria conforme Regimento Interno.

  
Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539



- 62004



XI – decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

**Parágrafo único.** Excepcionalmente, por motivo de urgência, os casos omissos poderão ser decididos pela Diretoria *ad referendum* da Assembléia Geral.

**Art. 15º.** A Assembléia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada:

- I- pelo Presidente da Associação;
- II- por 1/5 (um quinto) dos associados;
- III- pela Diretoria;
- IV- pelo Conselho Fiscal.

**Art. 16º** – A convocação da Assembléia Geral poderá ser ordinária ou extraordinária, mediante carta aos membros e/ou E-mail enviado aos membros, por edital, e/ou por aviso nas reuniões semanais e missas, com 10 dias de antecedência, sendo que o quorum mínimo para a Assembléia Geral será de um terço (1/3) dos membros efetivos, em primeira chamada e dez por cento (10%) em segunda chamada, trinta minutos após, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou.

**Parágrafo Primeiro** – Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria à aplicação de penalidades.

**Parágrafo Segundo** - As eleições de diretoria e conselho fiscal poderão ser por aclamação quando for chapa única.

**Art. 17º.** O quorum de deliberação será de 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral, em reunião extraordinária, para as seguintes hipóteses:

- I- alteração do estatuto;
- II- alienação de bens imóveis e gravação de ônus reais sobre os mesmos;
- III- extinção da Associação.

**Art. 18º.** Em caso de extinção da Associação, os bens remanescentes serão destinados a Cúria Diocesana referente à Diocese de Formosa – GO.

**Parágrafo único.** Ocorrendo vaga entre os integrantes da Diretoria, a Assembléia Geral se reunirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

#### CAPÍTULO V – DA DIRETORIA

Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DE GOIÁS**  
**MUNICÍPIO E COMARCA DE FORMOSA**

**2º TABELIONATO - NOTAS**  
Katiane Bonfim Neves Sarmento  
Tabeliã Respondente

Rua Herculano Lôbo, nº 131 • Centro • Formosa • GO • CEP 73.801-260 • Telefone: (61) 3631-2811 | 3631-1811

**LIVRO A-019 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 3.146 FOLHA 197**

Folha 003 de 005

**Art. 19º.** A Diretoria da Associação será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. A Diretoria reunir-se-á quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

**Art. 20º.** Cabe à Diretoria:

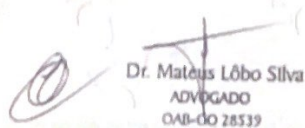
- I- elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II- elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;
- III- elaborar o orçamento de receitas e despesas para o exercício seguinte;
- IV- elaborar os regimentos internos;
- V- contratar e demitir funcionários.
- VI- Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio Social;
- VII- Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembléia Geral;
- VIII- Acatar pedido de afastamento ou demissão voluntária de associado/membro.

**Art. 21º.** São atribuições do Presidente:

- I- representar a Associação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II- cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os Regimentos Internos;
- III- convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral e as da Diretoria;
- IV- dirigir e supervisionar todas as atividades da Associação.
- V - Juntamente com o tesoureiro, abrir e movimentar contas bancárias, assinar cheques e documentos bancários e contábeis pertencentes à Associação;
- VI - Contratar funcionários, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
- VII- Criar departamentos/comissões internas que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais da Associação, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

**Art. 22º.** São atribuições do Vice Presidente:

- I- substituir legalmente o Presidente em suas faltas ou impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância;

  
Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539





II- colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Associação;

**Art. 23º** São atribuições do 1º Secretário:

I- colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Associação;

II- Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria;

III - Redigir a correspondência da Associação, assinando em conjunto com o presidente;

IV - controlar frequências dos membros da Associação nas diversas atividades e reuniões.

V - Manter e ter sob sua guarda o arquivo da Associação.

**Art. 24º.** São atribuições do 2º Secretário:

I - Substituir o 1º Secretario, em sua falta e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

**Art. 25º.** São atribuições do Tesoureiro

I- arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos destinados à Associação, mantendo em dia a escrituração;

II- efetuar os pagamentos de todas as obrigações, mediante autorização do presidente;

III- acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;

IV- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V- apresentar o relatório financeiro a ser submetido à Assembléia Geral;

VI- apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;

VII- publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;

VIII- elaborar, com base no orçamento realizado no exercício em curso a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembléia Geral;

IX- Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito, exceto valores suficientes para pequenas despesas;

X- conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;

Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO E COMARCA DE FORMOSA

2º TABELIONATO DE NOTAS

Katiane Bonfim Neve, Sarmiento  
Tabelião Respondente

Rua Herculano Lôbo, nº 131 • Centro • Formosa • GO • CEP 73.801-260 • Telefone: (61) 3631-2811 | 3631-1811

**LIVRO A-019 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 3.146 FOLHA 198**

Folha 004 de 005

XI- Abrir e movimentar contas em instituições financeiras, assinando os documentos com o presidente;

XII - assinar em conjunto com o Presidente todos os cheques emitidos pela Associação.

**Art. 26º.** São atribuições do 2º Tesoureiro:

I - Substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

II - Auxiliar o 1º Tesoureiro em suas funções.

## CAPÍTULO VI: SÃO ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO FISCAL

**Art. 27º:** O Conselho Fiscal, órgão de controle interno, é composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e extraordinariamente sempre que necessário ou quando convocado pela Assembléia Geral ou pela Diretoria.

§ 3º. Ocorrendo vaga em qualquer cargo de integrante efetivo do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para o qual foi eleito.

§ 4º. Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes do Conselho Fiscal, a Assembléia Geral se reunirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância, para eleger novo integrante, e compete ao Conselho Fiscal:

I- examinar, sem restrições, a todo tempo, os livros contábeis e quaisquer outros documentos da Associação;

II- fiscalizar os atos da Diretoria e verificar o cumprimento dos seus deveres legais, estatutários e regimentais;

III- comunicar à Assembléia Geral erros, fraudes ou delitos que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da Associação;

IV- opinar sobre:

a) as demonstrações contábeis da Associação e demais dados concernentes à prestação de contas;

b) o balancete semestral;

c) aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à Associação;

d) o relatório anual circunstanciado pertinente às atividades da Associação e sua situação econômica, financeira e contábil, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Assembléia Geral;

Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539

90029





- e) o orçamento anual ou plurianual, programas e projetos relativos às atividades da Associação, sob o aspecto da viabilidade econômico-financeira.

#### CAPÍTULO VII - DOS MEMBROS

**Art. 28º.** A Associação tem as seguintes categorias de membros:

- I- membros fundadores: as pessoas que assinaram a Ata da Assembléia Geral de constituição da Associação;
- II- membros efetivos: as pessoas que forem admitidas pela Diretoria, de acordo com as condições fixadas pela Assembléia Geral;
- III- membros beneméritos: aquelas pessoas que tenham prestado serviços de relevância para a entidade, segundo a avaliação da Assembléia Geral.

**Parágrafo único.** Os membros efetivos serão admitidos, conforme regimento interno.


**Art. 29º.** São direitos e deveres dos membros:

- I- cooperar com a Diretoria para o desenvolvimento das atividades da Associação;
- II- zelar pelo fiel cumprimento das normas estatutárias e demais resoluções da Assembléia Geral e da Diretoria.
- III- comparecer às Assembléias Gerais para as quais forem convocados, discutir e votar os assuntos constantes da ordem do dia;
- IV- convocar a Assembléia Geral, nos termos do art. 14, inciso II.
- V- votar e ser votado para os cargos eletivos.
- VI- pagar em dia as suas mensalidades.
- VII- Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e Regimento Interno;
- VIII- Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- IX- Zelar pelo bom nome da Associação.

**Parágrafo primeiro.** Os membros somente poderão efetuar negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente, com a Associação, devidamente autorizados pela Assembléia Geral.

**Parágrafo segundo:** Os membros que faltarem, sem justificativa, por 3 (tres) reuniões seguidas, ou por 8 (oito) alternadas durante o ano civil, demonstra total falta de interesse/respeito pela Associação e seus membros, e será notificado por carta da diretoria e excluído dos quadros da Associação.

**Art. 30º.** Os membros que descumprirem as determinações do Estatuto estarão sujeitos às seguintes penalidades:

  
Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DE GOIÁS**  
**MUNICÍPIO E COMARCA DE FORMOSA**

**2º TABELIONATO** NOTAS  
Katiane Bonfim Neve Sarmiento  
Tabeliã Respondente

Rua Herculano Lôbo, nº 131 • Centro • Formosa • GO • CEP 73.801-260 • Telefone: (61) 3631-2811 | 3631-1811

**LIVRO A-019 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 3.146 FOLHA 199**

Folha 005 de 005

a) advertência;

b) suspensão;

c) exclusão.

**Art. 31º.** As penalidades de advertência, suspensão e exclusão por motivo de assiduidade serão aplicadas aos associados pela Diretoria.

**Parágrafo único.** Quando o infrator for um membro da Diretoria e do Conselho Fiscal, as penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas pela Assembleia Geral.

**Art. 32º.** Considera-se falta grave sujeita à penalidade de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material à Associação.

**Parágrafo único.** Compete privativamente à Assembleia Geral a aplicação da penalidade de exclusão. ( Quando não for por assiduidade)

**Art. 33º.** Das penalidades impostas, caberá recurso voluntário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a Assembleia Geral.

**Art. 34º.** Será assegurado a todos os associados amplo direito de defesa.

**CAPÍTULO V – DO MANDATO**

**Art. 35º.** As eleições para a diretoria e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, de 02 (dois) em 02 (dois) anos, no mês de abril, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros ser reeleitos.

**CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

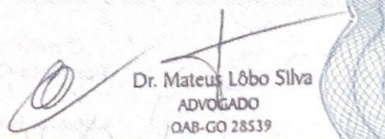
**Art. 36º.** A Associação não distribui dividendos nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado, aplicando inteiramente no País os seus recursos financeiros, inclusive eventual superávit, de acordo com os objetivos estatutários.

**Art. 37º.** O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

**Art. 38º.** A Associação manterá a sua escrita contábil/fiscal em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão.

**Art. 39º.** Os funcionários que forem admitidos para prestar serviços profissionais à Associação serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**Art. 40º.** A extinção da Associação dar-se-á mediante o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral extraordinária convocada especialmente para tal fim, conforme previsto nos arts. 13, inciso VIII, e 16, inciso III, deste Estatuto.

  
Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539



62007





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DE GOIÁS**  
**MUNICÍPIO E COMARCA DE FORMOSA**

**2º TABELIONATO - NOTAS**  
Katiane Bonfim Neves Sarmiento  
Tabelião Respondente

Rua Herculano Lôbo, nº 131 • Centro • Formosa • GO • CEP 73.801-260 • Telefone: (61) 3631-2811 | 3631-1811

**LIVRO A-019 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 3.146 FOLHA 199**

Folha 005 de 005

a) advertência;

b) suspensão;

c) exclusão.

**Art. 31º.** As penalidades de advertência, suspensão e exclusão por motivo de assiduidade serão aplicadas aos associados pela Diretoria.

**Parágrafo único.** Quando o infrator for um membro da Diretoria e do Conselho Fiscal, as penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas pela Assembleia Geral.

**Art. 32º.** Considera-se falta grave sujeita à penalidade de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material à Associação.

**Parágrafo único.** Compete privativamente à Assembleia Geral a aplicação da penalidade de exclusão. ( Quando não for por assiduidade)

**Art. 33º.** Das penalidades impostas, caberá recurso voluntário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a Assembleia Geral.

**Art. 34º.** Será assegurado a todos os associados amplo direito de defesa.

**CAPÍTULO V – DO MANDATO**

**Art. 35º.** As eleições para a diretoria e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, de 02 (dois) em 02 (dois) anos, no mês de abril, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros ser reeleitos.

**CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 36º.** A Associação não distribui dividendos nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado, aplicando inteiramente no País os seus recursos financeiros, inclusive eventual superávit, de acordo com os objetivos estatutários.

**Art. 37º.** O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

**Art. 38º.** A Associação manterá a sua escrita contábil/fiscal em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão.

**Art. 39º.** Os funcionários que forem admitidos para prestar serviços profissionais à Associação serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**Art. 40º.** A extinção da Associação dar-se-á mediante o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral extraordinária convocada especialmente para tal fim, conforme previsto nos arts. 13, inciso VIII, e 16, inciso III, deste Estatuto.

Dr. Mateus Lôbo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539






Parágrafo único. Decidida a extinção da Associação, a Assembleia Geral destinará o patrimônio à Cúria Diocesana da Diocese de Formosa - GO.


CAPÍTULO VII – DAS OMISSÕES

Art.41º. Os casos omissos no presente Estatuto Serão resolvidos serão resolvidos pela Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral.

O presente estatuto foi aprovado pela assembleia geral realizada no dia 19/09/2010.

Formosa (GO), 19 de setembro de 2010.

  
Carlos Antonio de Araujo  
Presidente

  
Dr. Marcos Lobo Silva  
ADVOGADO  
OAB-GO 28539

NADA MAIS. Esta é a cópia fiel do referido documento, guardado em arquivo digitalizado, do qual extrai a presente certidão. Selo nº 01682304242796830740003. Consulte em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>. Emolumentos: R\$65,01; Taxa Judiciária: R\$18,29, Fundos Estaduais: R\$13,81, ISS: R\$1,95

O referido é verdade e dou fé.  
Formosa-GO, 26 de abril de 2023.

Luciana Regina Pires de Carvalho  
Substituta

